

“AS DIVISÕES INTERNAS FUNCIONAM COMO FREIO ESTRUTURAL ÀS REVOLUÇÕES DA PRIMAVERA ÁRABE”

Entrevista do Prof. Dr. Peter R. Demant ao boletim *Malala*

Boletim *Malala*: Quando a mídia fala em “Primavera Árabe”, inevitavelmente cria-se uma expectativa positiva, mas o que mais assusta é que o termo carrega forte sentido positivista, como se estivéssemos obrigatoriamente “avançando” dentro de um ciclo pré-determinado como as estações do ano. Muitos críticos aproveitaram a metáfora climática para falar em “Inverno Árabe”, que carrega um sentido de retrocesso, de retração e de isolamento. Outros autores têm preferido termos mais técnicos como “levante” ou até mesmo *intifada*. Qual sua avaliação do termo “Primavera Árabe” e o que o termo em toda a esperança que desperta te mostra da relação entre o Ocidente e o islã?

Peter R. Demant: O conceito tem a conotação de renovação, a mídia resgatou o termo de dois precedentes, a “Primavera dos Povos”, de 1848, e a “Primavera de Praga”, de 1968. Em ambos os casos, houve uma mobilização popular para modificar uma situação autoritária. Em 1848, a Europa experimentou uma série de revoltas encadeadas na França, na Itália, na Áustria e outros. No caso de Praga, em 1968, foi um levante tchecoslovaco contra a ocupação russa e o comunismo autoritário. Em ambos os casos, o programa foi liberal democrático.

Cabe notar que, em ambos os casos, os levantes foram derrotados. Então, “Primavera dos Povos”, “Primavera de Praga” ou “Primavera Árabe” não tem obrigatoriamente um sentido positivo, pois nos dois exemplos históricos o desfecho foi negativo. Em 1848, as revoluções, foram derrotadas uma a uma, às vezes por intervenções externas violentas, como pelo exército da Rússia czarista. Na Tchecoslováquia, em 1968, houve a intervenção do Pacto de Varsóvia. Agora, o

mesmo quadro arrisca se repetir no mundo árabe. Tentativas de transformar a sociedade árabe, a política ou a economia, são enfraquecidas ou diretamente derrotadas por intervenções externas. Por exemplo, no caso do Bahrein, o sultão de plantão recorre ao “grande irmão” saudita que envia mil soldados para reprimir a revolta popular. No caso da síria, o apoio pró-regime vem do Irã e da Rússia. Em todos estes casos, as intervenções internacionais tiveram consequências sérias. Na Líbia, o resultado foi, aliás, positivo – a intervenção da OTAN preveniu um massacre e salvou o levante popular.

A outra conotação que o termo “primavera” traz é a da “revolução em série”. Na Europa, no século XIX, uma revolta em um país incentivou populações de outros países a se manifestarem também. Assim as revoltas em Paris, Verona, Berlim, Viena foram uma inspiração em cadeia. A mesma coisa acontece no Oriente Médio árabe: as manifestações se expandem num mundo que fala a mesma língua árabe, facilitado pelos meios de comunicação e atravessando fronteiras.

B.M.: A “Primavera Árabe” não se restringiu a um único país. Sendo a língua árabe decisiva para a expansão das revoltas, agora, você identifica outros elementos que explicam por que a “primavera” se expandiu para alguns países e não outros?

P.R.D.: As raízes estruturais desta “Primavera Árabe” – crise de deslegitimação das autocracias, crise social, crise do patriarcado, injustiça econômica... - são comuns a muitas sociedades. Também a língua foi importante. Mas os fatores facilitadores, conjunturais, diferem. Há pelo menos três outros elementos. Primeiro, há a expansão da educação, pré-condição para o uso de noticiários mais independentes, portanto fidedignos. Só no Líbano e no Iraque existe uma imprensa livre – no Iraque, como consequência da anterior invasão norte-americana, e no Líbano como consequência do equilíbrio entre as várias seitas. Em quase todos os outros países, a censura mais ou menos severa era a regra. Agora, a Al-Jazeera facilita o acesso da população árabe a notícias não censuradas.

Em segundo lugar, durante a própria Primavera Árabe e no seu imediato preparo muito se especulou sobre o papel das “mídias sociais” como o Twitter, Facebook, e

dos celulares com câmeras fotográficas. Isso despertou uma importante discussão entre especialistas sobre o papel das novas tecnologias na revolução.

O terceiro elemento é o jornalismo participativo retratando em tempo real e *in loco* a repressão, a atuação dos governantes e a “manutenção da ordem” nos países onde levantes estão acontecendo. Cidadãos comuns captam imagens de protestos que vão para a internet, e mesmo para noticiários oficiais, como a BBC ou CNN, ou para o Youtube.

Vejo, portanto, uma relação entre o grau de educação e globalização tecnológica de uma sociedade e a ocorrência da revolta. Mas há igualmente outros fatores. Países mais homogêneos como a Tunísia e o Egito foram mais afetados do que sociedades mais divididas ou que atravessaram guerras civis recentes – por exemplo, o Líbano ou a Argélia. A princípio, a Argélia seria um caso clássico que poderia ter tido sua própria Praça Tahrir, mas isto não aconteceu pois a população estava traumatizada por uma guerra civil anterior. Já o caso da Síria demonstra de maneira cruel os riscos para sociedades divididas em seitas mutuamente hostis.

B.M.: Falemos um pouco mais sobre os jovens na “Primavera Árabe”. Utilizando-se das tecnologias disponíveis, os jovens foram protagonistas neste processo de expansão das revoltas. Será que poderíamos pensar que esta mobilização dos jovens muçulmanos na “Primavera Árabe” sinaliza para uma “ocidentalização” da juventude muçulmana? Estes jovens estão consumindo mais, estão utilizando mais tecnologias, estão se comunicando mais com outros países. Como você avalia?

P.R.D.: Eu não chamaria de “juventude muçulmana”, pois durante a fase mais ativa e transformativa da primavera árabe o elemento religioso esteve absolutamente ausente. Só depois vários movimentos islamistas pegaram carona no movimento revolucionário. Como estes estavam melhor organizados (às vezes eram os únicos grupos organizados antes da Primavera Árabe) conseguiram chegar ao poder na Tunísia, no Egito e em outros casos. A primeira fase da primavera árabe não foi mais muçulmana do que a Primavera de Praga foi feita por “jovens cristãos”. Além disso, revoluções são geralmente feitas por jovens. Em qualquer momento histórico,

em qualquer lugar, são “jovens” que impulsionam as grandes mudanças e movimentos transformadores. Também a maior parte da violência, em qualquer sociedade, é geralmente cometida por homens jovens entre 15 e 30 anos. A Primavera Árabe não é excepcional neste sentido: coincidiu com um bolsão demográfico de milhões de jovens insatisfeitos e desejosos de mudança com suficiente força e energia para entrar em ação.

B.M.: Como avaliar o papel dos jovens na Primavera Árabe? O que as reivindicações dos jovens nos mostram das causas estruturais da Primavera Árabe?

P.R.D.: A Primavera Árabe foi precedida por um processo de politização, de insatisfação com o *status quo*, amplamente discutida pelos meios de comunicação antes citados. Esta insatisfação tem pelo menos três raízes estruturais: um Estado disfuncional, uma crise econômica e a crise sexual. Nenhum destes fatores é totalmente novo. Por que a revolta eclodiu exatamente na Tunísia em dezembro de 2010, tendo como estopim a autoimolação de um jovem ambulante? O momento preciso pode ser um acaso: se fosse seis meses antes ou depois poderia ter sido outra vítima cujo sacrifício produziria uma bola de neve semelhante. No entanto, em termos estruturais, as condições estavam maduras, a lenha precisou apenas de uma fagulha. Quais condições? Quase todos os estados árabes eram autoritários, com uma elite corrupta que sistematicamente violava os direitos humanos e não deixava espaço à participação popular. Além de serem regimes cada vez mais corruptos. Tudo isso já seria suficiente para insatisfações.

Quando eclode a Primavera Árabe, a maioria destes regimes é pró-ocidental, o que irá explicar porque a população, de maneira paradoxal, é antiocidental: o regime que eles visavam derrubar era ligado ao (e recebia apoio do) Ocidente, mas – e aí o paradoxo – esta mesma população espera uma ajuda ou até uma intervenção do Ocidente, visto como o berço do ideário liberal e humanitário. Uma vez existia uma polarização no mundo árabe entre monarquias tradicionais pró-ocidentais e regimes militares progressistas pró-soviéticos, ligeiramente socialistas, como a Síria, o Iraque, o Egito e a Argélia. Mas esta polarização desmoronou desde os anos 70 do século XX e, eventualmente, com a implosão do comunismo após o fim da Guerra

Fria, desaparece totalmente. Quase todos os estados árabes foram cooptados pelo campo ocidental, com poucas exceções como o Irã e a Síria, até hoje apoiados pela Rússia.

A primeira causa estrutural da Primavera Árabe é, portanto, política: a falta de democracia, a falta de transparência e de *accountability*. A segunda causa é econômica. Apesar da renda petrolífera e da ajuda externa, em muitos casos não havia realmente desenvolvimento econômico nem distribuição adequada de renda e de oportunidades. A integração na economia globalizada ocorreu de forma muito desigual. Desemprego, economia informal e exploração frustram as expectativas das novas gerações, cientes da existência de alternativas. Em terceiro lugar, existe uma revolução sexual, ou pelo menos uma profunda desestabilização das relações de gênero e dos moldes patriarcais tradicionais, decorrentes da entrada maciça de jovens mulheres no mercado de trabalho. Elas têm hoje mais educação e passam a fazer reivindicações que podem ainda não ser reivindicações propriamente feministas ou de libertação sexual, mas que assustam os homens que veem sua primazia contestada. O mundo árabe ainda é muito patriarcal, e a participação das mulheres constitui quase uma revolução “intercalada” na revolução política. Aliás, a ameaça às prerrogativas masculinas provoca contrarreações: os casos de violência contra mulheres, ao invés de diminuir, aumentaram. As mulheres estão hoje mais visíveis e os homens, que até agora tinham o poder, estão perdendo seus privilégios tradicionais. Tudo isso se choca com suas expectativas. Milhares de jovens sem emprego veem diminuída a possibilidade de estabelecer uma família: pois, se você não tem dinheiro, você não pode se casar. Por outro lado, as mulheres não estão mais tão disponíveis para se submeter aos ditames sociais como antes: “o conceito de virgindade não é mais o mesmo de antes”. Essas tensões, em minha opinião, revelam uma crise social latente que pode se tornar uma verdadeira dinamite no subsolo do que está acontecendo no campo político.

B.M.: Você mencionou agora a ideia de uma “primavera subterrânea” ocorrendo entre as mulheres e intercalada com momentos de “inverno” para as mulheres. Neste sentido cabe uma pergunta difícil, mas necessária, e que talvez exigisse uma

espécie de bola de cristal para ser respondida: existe e o quão é provável uma teologia reformista no islã?

P.R.D.: Já existe uma teologia reformista, mas talvez a própria Cila [Lima], que pesquisa isso mais de perto, poderia responder melhor. Interpretações mais amistosas aos direitos das mulheres e interpretações feministas existem dentro do islã e estão em desenvolvimento. Remeto, por exemplo, aos trabalhos de Fatima Mernissi, Leila Ahmed, Asma Barlas, Amina Wadud... A questão não é se as ideias existem, mas quanto elas têm. Precisamos avaliar se estas ideias encontram um “chão” receptivo. A posição das mulheres se entrelaça com os demais desenvolvimentos políticos e sociais. Recentemente, com a chegada ao poder de governos islamistas *light*, mas sofrendo pressão de movimentos salafistas mais duros, podemos ver retrocessos, mas a situação não é a mesma em todos os campos. No entanto não há muitos grupos chamando para enclausurar novamente a mulher em casa e na cozinha, reduzindo-a apenas a reprodutoras e educadoras. A ideia de que as mulheres podem se educar e trabalhar fora de casa está bem difundida. Já a ideia de que as mulheres podem escolher com quem namorar e casar é muito menos aceita, mas também aqui a situação é extremamente heterogênea. Há jovens militantes xiitas do Hizbollah no Líbano que usam o *mut`a*, um tipo de casamento temporário que só existe entre xiitas, ou seja, usam um mecanismo teológico já existente oficialmente para ter sexo “oficialmente”. Também dentro de grupos mais conservadores como a Irmandade Muçulmana, há mulheres que são extremamente ativas politicamente. Tanto no Egito quanto na Tunísia cresce a pressão conservadora, mas também cresce a resistência de mulheres defendendo sua modernidade. A situação se polariza, mas o desfecho ainda está em aberto. Quando recentemente visitei a Turquia, país democrático e não participante da “Primavera Árabe”, pude testemunhar o quanto as mulheres, veladas ou não, são ativas na sociedade, na política e em todo tipo de funções.

B.M.: Retomando o tópico da democracia, como você avalia a relação entre as demandas da Primavera Árabe e a ideia ocidental de democracia? Estaria o mundo, a partir da Primavera Árabe, mais democrático? Muitos críticos da Irmandade

Muçulmana vão dizer que eles são democráticos apenas uma vez, apenas até ganharem as eleições. Como você reage a esta percepção?

P.R.D.: Sim, este argumento (“um cidadão, um voto, uma única vez”) é do Bernard Lewis. A Primavera Árabe foi uma cadeia de “revoluções da dignidade”, sem um programa político preestabelecido e consensual, e sem organização de partidos ou lideranças definidas, cristalizadas. As revoltas espontâneas permitiram uma proliferação de demandas – entre outras para a democratização, embora não necessariamente na sua forma ocidental. Num primeiro momento, as demandas foram mais visando respeito à dignidade e à autonomia dos indivíduos, uma demanda para que o governo os escute. Só quando o governo não escuta é que surgem demandas mais radicais, na direção de uma mudança de regime. O foco no primeiro momento esteve nos direitos humanos; depois, num segundo momento, a ênfase mudou para a emancipação política, para a democratização. Aqui cabem duas observações: primeiro, que até agora os resultados têm sido muito desapontadores; e, segundo, que existe uma tensão universal entre democracia e direitos humanos. Se a *vox populi*, nem sempre muito esclarecida, apesar do crescimento de camadas mais educadas, não for estrangida por garantias de respeito aos direitos dos indivíduos, a ditadura de uma minoria arrisca se transformar numa ditadura da maioria. Para ser funcional, uma democracia precisa não apenas de eleições, mas também de uma sociedade civil ativa e que respeite a pluralidade de vozes. No quesito tolerância, no mundo árabe, há ainda um longo caminho a percorrer...

Se você olha para a situação agora, dois anos após o começo das turbulências, tivemos mudanças de regime em só três ou quatro Estados, dos 20 do mundo árabe, ou seja, na Tunísia e no Egito, ambos ainda muito instáveis; no Iêmen, onde após muita violência um ditador foi substituído por um presidente, mas mesmo assim houve pouco progresso. A Líbia é um caso especial que se beneficiou de um decisivo apoio ocidental externo. Ali, a situação parece estar no caminho certo, mas sofre também retrocessos. A população não é antiocidental; há até, parcialmente, um sentimento de gratidão para com os intervencionistas. Em todos os outros países, as elites no poder conseguiram afastar, com ligeiras mudanças cosméticas

na política, a ameaça da “primavera”. É o caso da Jordânia, do Marrocos, e do Bahrein onde a revolta foi reprimida. Na Arábia Saudita, a situação continua como antes: nada foi feito para aliviar os descontentamentos. O Iraque também é um caso especial: não houve uma Primavera Árabe, mas as tensões internas entre as comunidades sunita e xiita se tornam cada vez mais intensas. Já a Síria está mergulhada numa guerra civil que neste momento o regime não está perdendo. Então, em nenhum destes países a Primavera Árabe conseguiu fazer as transformações que as alas progressistas da população reivindicavam.

B.M.: Você poderia falar um pouco sobre a Irmandade Muçulmana?

P.R.D.: A situação no Egito está longe de estar estabilizada. Como apontei antes, em todas as sociedades, existe uma tensão entre direitos humanos, definidos como direitos individuais, e democracia, que se baseia no governo da maioria. O Egito é um exemplo dos riscos envolvidos numa democratização sem liberalização (um tema desenvolvido há uma década por Fareed Zakaria). O Egito, na minha leitura, vive uma democratização superficial. Ocorreram eleições mais ou menos livres, sem autoridades militares ditando em quem você deve votar, mas também observamos que grupos islamistas salafistas emergem como a segunda maior força. Um quarto do eleitorado votou salafista, num programa antidemocrático, antiliberal, antiocidental e antifeminista. Ou seja, há um perigo da população democraticamente derrotar a democracia. A Irmandade Muçulmana, mesmo sem programa radicalmente antidemocrático, precisa coexistir com partidos, pregadores e mídias com exigências que limitam os direitos dos indivíduos. Mulheres devem ficar enclausuradas? Não acredito que este seja o programa da Irmandade Muçulmana, mas as pressões existem. Fundamentalistas podem, de forma democrática, esvaziar direitos civis considerados anti-islâmicos.

B.M.: Afinal das contas, com essa discrepância entre liberdades e reivindicações coletivas, você acredita na possibilidade de um sistema combinando islamismo e democracia?

P.R.D.: Esta discrepância leva a situações absurdas. De um lado, num país como a França, a luta pelos direitos individuais pauta o direito de uma mulher usar o véu. Num país como a Arábia Saudita, a luta pelos direitos inclui a reivindicação para o direito das mulheres de se mostrarem sem véu ou de dirigir. Existem dezenas de exemplos mais drásticos. No Paquistão, mulheres adúlteras vão para a prisão; no Afeganistão e na Somália elas são apedrejadas. E não há dúvida de que uma parcela muito significativa da população apoia estas práticas. Não basta dar poder político à maioria para transformar uma sociedade a tal ponto que ela possa razoavelmente conviver com a modernidade. Todas as sociedades muçulmanas enfrentam a tarefa de conciliar seu legado cultural-religioso, com a democracia e os direitos dos indivíduos – inclusive daqueles indivíduos que rejeitam este legado. A Primavera Árabe permitiu que chegassem democraticamente ao poder grupos com programas que afetam, contestam e diminuem os direitos humanos. Até na Turquia, país muçulmano, mas não árabe, o AKP, partido do premier Erdoğan tentou tornar o adultério um crime. É o mesmo partido que conseguiu bem mais do que a metade dos votos e modernizou o país. O quanto a coletividade pode, em nome da religião, intervir na vida privada? Isso é muito importante, pois afeta diretamente a vida de milhões de pessoas. Problemas interpessoais são resolvidos consensualmente entre o casal ou o comportamento na família está sob a autoridade do estado? A mulher infiel seria um crime contra o Estado, contra Deus?

Traduzindo a tensão entre democracia e direitos humanos para o quadro do mundo muçulmano atual, vejo duas propostas gradativamente se cristalizando. Há um programa islâmico (na maioria dos casos um islamismo *light*, moderado), que quer tornar a sociedade mais religiosa e eventualmente mais conservadora, embora economicamente moderna e educada. Islamistas incentivariam ou forçariam a população e particularmente os jovens a ter comportamentos mais tradicionais. Por outro lado, há a atração do modelo liberal, ocidental: direitos individuais, mobilidade, talvez mais aventuras, e mais oportunidades para cada indivíduo. Aqui o critério do lícito e ilícito seria não a religião, mas as suas próprias escolhas que independem da comunidade religiosa à qual você pertence. Este segundo modelo oferece mais liberdade, mas implica em maiores riscos pessoais e sociais e te rouba do conforto da proteção da família e da comunidade aqui durante a vida e a proteção de Deus

após a morte. Em outras palavras, a velha contradição entre ordem e progresso. Ambos os lados tem seguidores.

Não surpreende que o campo islamista em toda sua diversidade é mais numeroso. Na primeira fase da Primavera Árabe, vimos manifestações de jovens chamando pela dignidade e liberdade, pedindo pela saída dos governantes. Paris, na Revolução Francesa de 1789 e na Revolução de fevereiro de 1848, exhibe paralelos interessantes com a situação árabe. Os grupos mais progressistas derrubam o *ancien régime*, mas constituem uma minoria, são uma vanguarda de antemão já mais emancipada e mais iluminada, enquanto a maioria da população ainda é muito mais conservadora. Em 1848, quando a monarquia francesa cai, o resultado não é uma democracia, mas a chegada ao poder de Luís Bonaparte, o primeiro ditador do tipo moderno, eleito democraticamente. A província derrota a Paris progressista. No Egito, os *fellahin* e os favelados caiotas nostálgicos da segurança da tradição perdida derrotam os intelectuais da Praça Tahrir. A mesma dinâmica se verificou em Teerã quatro anos atrás. A história nunca se repete da mesma maneira, mas é um pouco como se pudéssemos ver no mundo árabe uma variação da trajetória francesa. Não é uma razão para perder a esperança. A França chegou a uma democracia combinada com liberdades individuais bem mais acabada e relativamente estável – só que o processo demorou um século e meio de muitas transformações e crises políticas.

B.M.: É possível então pensarmos em mudanças de grande escala?

P.R.D.: Não devemos nos desesperar, mas precisaremos de muita paciência. Há possibilidades. A Primavera Árabe não acontece num vácuo. Algo que ainda não discutimos aqui é como a situação do Irã influenciou. O Movimento Verde, de junho de 2009, que protestou contra a eleição fraudulenta de Ahmadinejad, talvez tenha inspirado a Primavera Árabe. O ex-islamista Ed Husain, num artigo recente, especula que a intervenção norte-americana de 2003, de forma indireta, também incentivou a Primavera Árabe: abriu, no Iraque, um campo vasto para transformações profundas e abrangentes. Apesar dos retrocessos, das repressões, das vitórias passageiras de forças contrárias, não descarto a possibilidade de futuras

transformações bem mais amplas. O que é certo é que, enquanto os grandes dilemas não forem resolvidos, eles continuarão instigando movimentos e tendências para mudanças mais radicais. Aqui, acho que entra de forma potencialmente decisiva a questão da comunidade internacional e como ela reage.

B.M.: Sobre as reações e percepções da cena internacional, qual sua avaliação? Como avaliar o papel da ONU e dos EUA?

P.R.D.: A ONU tem sido extremamente fraca, mas isso não é surpreendente, pois ela não pode tomar posições como se fosse um Estado soberano. A ONU é um conglomerado de Estados voluntários, que não abrem mão de sua soberania. Sobre o Oriente Médio, se digladiam visões e posições antagônicas, opostas, e a ONU fica paralisada. O mais lamentável é o caso da Síria. Os representantes mais prestigiosos da ONU, Kofi Annan, por exemplo, falam de uma situação de “vergonha internacional”: a ONU e a comunidade internacional, em geral, comprovaram sua impotência para frear um maciço derramamento de sangue. A ONU somente poderia fazer mais se ela mesma passasse por transformações que por ora são utópicas. Já os EUA, hoje numa postura de relativa retirada geopolítica (o que não quer dizer que aceito o argumento declinista) têm, de todos os Estados do mundo, as melhores chances de reemergir como o fator mais influente na cena internacional e global. É nisso que aposto, pois, apesar dos erros e pecados norte-americanos, pensando na humanidade em geral, ainda seria o melhor desfecho. Mas isso é outra discussão. No momento os EUA estão desgastados, pois suas intervenções no Afeganistão e Iraque produziram apenas frutos amargos. Dez anos depois, o resultado é uma confusão. Os EUA não querem mais fazer o papel do imperialista bem-intencionado, vigora ali um pouco a ideia de que “não importa o que fazemos, eles se tornam mais e mais antiocidentais” e “vamos salvaguardar nossos interesses nacionais, estratégicos e econômicos de forma mais discreta e menos visível”. Os sírios estão pagando o preço desta desilusão norte-americana.

B.M.: Você diria que este maior distanciamento que os EUA hoje apresentam foi decisivo para a Primavera Árabe? Ele teria facilitado as mobilizações?

P.R.D.: Não, não facilitou. Inicialmente, os EUA apoiaram os regimes no poder, por motivos estratégicos, oportunistas; não exatamente por razões econômicas ou políticas. Mubarak foi um aliado, Ben Ali foi um aliado, e os outros também: a Jordânia, a monarquia saudita, as petromonarquias do Golfo... A aliança se fazia apesar das tendências antiocidentais das populações. Mas isso criou, obviamente, um círculo vicioso, pois quanto mais os Estados Unidos apoiam regimes, que internamente oprimem a população, mais estas populações se tornam antiamericanas. Mas, na realidade, em 2011 os EUA se colocaram bastante rapidamente ao lado das demandas para a transformação e democratização. A Primavera Árabe ocorre inteiramente na época do Obama, e ele não pode ser culpado de não apoiar estas demandas em teoria. Praticamente, no entanto, os EUA têm feito pouco, a única exceção é a Líbia e, mesmo ali, os EUA estiveram atrás da cortina deixando para a França e para Grã-Bretanha o papel mais público.

B.M.: O que chama atenção é a importância que Lîmen de repente despertou nos EUA. Parece que os EUA estão apoiando com mais atenção a situação e a transição no Lîmen do que, por exemplo, no Egito, onde a Irmandade Muçulmana conseguiu ganhar e se estabelecer no poder.

P.R.D.: o Lîmen desperta atenção por um quadro grave que se aparenta ao da Somália e do Mali: o medo de que islamistas radicais vinculados à al-Qaeda cheguem ao poder manipulando uma superficial democratização. É o pesadelo daquela lógica que vocês mencionaram antes: “one man, one vote, one time”. Estes islamistas extremistas estabeleceriam ali um novo Irã ou um novo regime de talibã? De fato, há tais grupos violentos. Para com eles só existem duas estratégias: ou reprimir, ou cooptar e emaranhar em redes e práticas democráticas. A segunda via é obviamente preferível. Caso os islamistas cheguem democraticamente ao poder e não realizem suas promessas de melhora econômica, melhora nos direitos humanos e de dignidade, então nas próximas eleições vão sofrer. Fora de grupos extremistas jihadistas minoritários, não vejo realmente tendências para estabelecer uma tirania islamista nos centros mais importantes do mundo árabe mas, nas zonas de mais difícil alcance, como no Saara e em partes isoladas do Lîmen, eles podem captar o

poder e estabelecer ditaduras do tipo talibã, com inspiração de e cooperação com a al-Qaeda. Essa é uma grande preocupação para os EUA e para as democracias.

B.M.: Alguns críticos da política externa americana lembram que o Iêmen é um aliado dos EUA no uso dos drones, aqueles aviões não tripulados utilizados para supostamente atacar alvos terroristas. Qual sua avaliação desta tática de enfrentar o terrorismo e os grupos jihadistas? O que esta tática nos mostra quando pensamos no combate dos EUA ao terrorismo no Oriente Médio?

P.R.D.: Trata-se mais de uma questão de tática do que de estratégia. Os drones são uma maneira para atacar alvos inimigos, usados agora para eliminar (supostos) terroristas. No campo de batalha do futuro, eles também poderão ser lançados contra infantarias, tanques e outras forças armadas. A automatização do campo de batalha na guerra futura é muito mais ampla do que a luta contra o terrorismo. Por agora, os EUA são os únicos que dispõem desta tecnologia. Em pelo menos duas esferas críticas da defesa, os EUA mantêm seu avanço tecnológico, uma supremacia quase absoluta que só tenderá a se fortalecer nos próximos anos: o controle dos oceanos (continuando, apesar da vontade chinesa de estabelecer uma presença) e o controle do ar e do espaço, campo onde os EUA não encontram competição séria. O problema dos drones é seu nível de precisão ainda imperfeita. O nível de ameaça vindo de al-Qaeda e grupos afins diminuiu nos últimos anos e os drones tiveram um papel nisso, no Iêmen, Paquistão, e em outros lugares. Mas os drones ainda não têm os olhos e ouvidos do piloto humano e cometem erros, às vezes, em lugar de atingir um acampamento de terroristas, massacram uma festa de casamento, matando de vez dezenas de pessoas inocentes, mulheres e crianças. O problema, portanto, é político, mais de percepção pública do que propriamente militar. Eventualmente, as armas não-tripuladas se aperfeiçoarão, e serão mais letais contra terroristas e menos letais contra civis.

B.M.: É inevitável também falarmos sobre o conflito Israel-Palestina. Em sua opinião como a Primavera Árabe reverbera, como ela chega, neste conflito? Você percebe alguma mudança na dinâmica da relação entre os países? Você identificou alguma bandeira palestina na Primavera Árabe?

P.R.D.: Fiquei surpreso justamente pela ausência deste eco. Não há Primavera Palestina. O controle dos palestinos, exercido parcialmente por Israel e parcialmente pelo Hamas em Gaza e pela Autoridade Nacional Palestina na Cisjordânia não foi fortemente contestada. Não ocorreu uma terceira Intifada como alguns profetizaram. Israel tem medo do paradigma da Primavera Árabe: suspeita que mobilizações populares e ondas democratizadoras não sejam proveitosas para Israel, e possam levar ao poder regimes com maior legitimidade popular e conseqüentemente mais energéticos. Teme que, devido ao *input* islamista, cresça a inimizade. Vimos sintomas que podem apoiar tal leitura, como, por exemplo, sinais de desestabilização na linha de cessar-fogo no Golã. No entanto, essa leitura não se comprovou. A guerra entre Israel e Hamas, em novembro de 2012, se encaixa no modelo tradicional da luta entre entidades estatais.

B.M.: É o chamado conflito de baixa intensidade?

P.R.D.: Não foi tão baixo. A guerra de Gaza, em novembro, foi abrangente, incluindo foguetes palestinos contra Tel-Aviv e Jerusalém, mas durou só alguns dias e felizmente o pior foi evitado. Como foi evitado? Graças à mediação egípcia, do presidente Mursi da Irmandade Muçulmana! O Egito proclama que apoia os palestinos, Mursi envia um enviado egípcio em solidariedade a Gaza, mostrado na televisão para efeito propagandístico, mas, no fundo, ele está gerenciando um equilíbrio, não quer uma guerra total contra Israel.

É interessante que Israel e Palestina se mantêm um pouco na sombra, num vácuo relativo em relação à Primavera Árabe, cujas demandas, a despeito de seu potencial anti-israelense, até agora foram mais direcionadas à esfera doméstica. Israel sempre aposta na força militar. Acho que Israel, ao contrário, deve ter medo do oposto, da força do fraco. Israel também está preso em paradoxos, pois, embora não exatamente apoie Assad na Síria, também não apoia os rebeldes. Na medida em que os rebeldes se tornam mais jihadistas, a Síria se tornará mais radicalmente anti-israelense. Duas tendências essencialmente inevitáveis serão, no médio prazo,

muitos ruins para Israel, a não ser que o Estado judeu saiba responder com uma proposta mais viável e mais aceitável para os palestinos.

Se a onda de democratização no mundo árabe continuar, no longo prazo com certeza irá fortalecer as sociedades árabes. Sociedades que se democratizam sempre atravessam um período de transição difícil, mas eventualmente emergem mais coesas e mais estáveis e possivelmente com maior criatividade econômica, tecnológica e científica. Ao invés de apostar na restauração dos ditadores (“o demônio que conhecemos”), Israel deve se esforçar para ganhar um mínimo de aceitação no olhar das populações árabes, pois, eventualmente, precisará coexistir com os povos e não com os sultões, autocratas e faraós.

Além disso, a tendência é para movimentos e levantes não violentos. Ora, Israel sempre foi especializado em combater levantes armados, mas não tem nenhuma resposta viável contra uma resistência não violenta. E os palestinos estão testando essa brecha. Acho a luta não violenta um desenvolvimento positivo, que, através de altos e baixos, está emancipando milhões de pessoas ao redor do mundo árabe. Mas, para Israel, essa onda coloca problemas insuperáveis. Israel não pode se manter uma democracia e também manter os territórios palestinos indefinidamente ocupados. É um dilema impossível de resolver. Para sobreviver como estado judaico e democrático, Israel precisa dar voz ao seu adversário, os palestinos. Ainda é possível, mas exigirá muita coragem.

B.M.: Professor, você quer dizer algo mais?

P.R.D.: Nos países árabes mais heterogêneos ou traumatizados, aqueles com várias seitas e diferentes grupos compondo a população, os *anciens régimes* conseguiram até hoje se manter usando a divisão interna da sociedade: é o caso da Síria, mas também do Líbano, Kuwait, Bahrein, e infelizmente também, e de novo, do Iraque. Um processo de modernização normalmente deveria levar a uma diminuição destas tensões. Na França, os bretões, provençais e parisienses não mais travam guerras civis entre si. Mas no Líbano, na Síria e no Iraque, sunitas, xiitas, drusos, curdos, turcomanos e cristãos são muitas vezes inimigos uns dos outros, e os regimes, ao

invés de promover uma aproximação, se comportam como se fossem um partido entre os demais, protegem uma parcela da população contra a outra, violando os direitos humanos daquelas seitas ou etnias excluídas do poder. Populações minoritárias buscam abrigo e proteção sob as asas do ditador. Isso diferencia os países do Oriente Médio dos, por exemplo, da Europa. As divisões internas funcionam como freio estrutural às revoluções da Primavera Árabe. Se os árabes não conseguirem superar seus preconceitos mútuos, suas revoluções não podem alcançar suas metas. Apenas onde a população neutraliza sua fragmentação e supera o pesadelo de uma repetição de suas guerras civis passadas, há chances realistas para o projeto revolucionário suceder. Só então ela pode transformar a sociedade árabe, e desenvolver um novo e melhor equilíbrio entre identidades e seguranças tradicionais, e as promessas da modernidade.